

ORGANIZAÇÃO  
DOUGLAS COLE LIBBY  
JÚLIA FERREIRA FURTADO

TRABALHO LIVRE,  
TRABALHO ESCRAVO  
BRASIL E EUROPA, SÉCULOS XVIII E XIX

1664 Libby, Douglas Cole, Org.; Furtado, Júnia Ferreira, Org.  
Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa,  
séculos XVII e XIX. / Organização Douglas Cole Libby e  
Júnia Ferreira Furtado. – São Paulo: Annablume, 2006.

466 p. ; 14 x 21 cm.

ISBN 85.7419.627-4

1. Trabalho Escravo. 2. Trabalho Livre. 3. Gênero. 4.  
Movimento Abolicionista. 5. Combate à Escravidão. 6.  
Trabalho da Mulher. I. Título. II. Libby, Douglas Cole, Org.  
III. Furtado, Júnia Ferreira, Org.

CDU 331.326

CDD 331.117

TRABALHO LIVRE, TRABALHO ESCRAVO -  
BRASIL E EUROPA, SÉCULOS XVIII E XIX

*Coordenação editorial*  
Joaquim Antonio Pereira

*Produção*  
Celso Cruz - Preparação e paginação

*Capa*  
Carlos Clémén

#### CONSELHO EDITORIAL

Eduardo Peñuela Cañizal  
Norval Baitello Junior  
Maria Odila Leite da Silva Dias  
Gilberto Mendonça Teles  
Maria de Lourdes Sekeff  
Cecília de Almeida Salles  
Pedro Jacobi  
Gilberto Pinheiro Passos  
Eduardo Alcântara de Vasconcellos

1ª edição: julho de 2006

© Douglas Cole Libby & Júnia Ferreira Furtado (orgs.)

ANNABLUME editora . comunicação  
Rua Padre Carvalho, 275 . Pinheiros  
05427-100 . São Paulo . SP . Brasil  
Tel. e Fax. (011) 3812-6764 – Televentas 3031-9727  
<http://www.annablume.com.br>

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

Trabalho livre, trabalho escravo: perspectivas de comparação	11
<i>Douglas Cole Libby</i>	
<i>Júnia Ferreira Furtado</i>	

### 1 – TRABALHO LIVRE E ESCRAVO: UMA PERSPECTIVA COMPARATIVA

Da escravidão à falta de liberdade na Europa Ocidental durante a Alta Idade Média	21
<i>Claire Taylor</i>	
Habilidades, artifícios e ofícios na sociedade escravista do Brasil colonial	57
<i>Douglas Cole Libby</i>	
As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno	75
<i>John French</i>	
Limites da liberdade: trabalhadores, relações de trabalho e cidadania durante a Primeira República	97
<i>Cláudio Batalha</i>	

### 2 – GÊNERO, OCUPAÇÃO E HIERARQUIA

De corpo fechado: o gênero masculino, milícias e trânsito de culturas entre a África dos mandingas e as Minas Gerais da América, no início do século XVIII	113
<i>Eduardo França Paiva</i>	
O gênero em questão: mulheres escravas e livres perante a Justiça	131
<i>Nancy Priscilla Naro</i>	
Negociando a liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888	153
<i>Camilla Cowling</i>	
Continuidades no trabalho e no status das mulheres desde o final do século XIX	177
<i>Chris Wrigley</i>	

### 3 – FAMÍLIA, ETNIAS E IDENTIDADE

Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII	195
<i>Tarcísio Rodrigues Botelho</i>	
Quem nasce, quem chega: o mundo dos escravos no Distrito Diamantino e no arraial do Tejuco	223
<i>Júnia Ferreira Furtado</i>	
“Em benefício do bem comum”: esquadras de caçadores do mato nas Minas setecentistas	251
<i>Mariano L. R. Dantas</i>	
A Árvore de <i>Nsanda</i> transplantada: cultos <i>kongo</i> de aflição e identidade escrava no Sudeste brasileiro (século XIX)	273
<i>Robert Sienes</i>	

### 4 – PROTESTO E ACOMODAÇÃO

Europa e o protesto escravo nas Américas, <i>circa</i> 1780-1850	317
<i>Dick Geary</i>	
A resistência escrava nas Américas: algumas considerações comparativas	335
<i>Matthias Röhrig Assunção</i>	
Palmares, Cacaú e as perspectivas da liberdade	361
<i>Sílvia Hunold Lara</i>	
Escravidão, escravos e contestação política na América Portuguesa (1788-1817)	383
<i>Luiz Carlos Villalta</i>	
Terras de Quilombo: campesinato, memória do cativo e identidade negra no Rio de Janeiro	415
<i>Hebe Maria Mantos de Castro</i>	
A “Revolução de Novembro”, a “população” do Recife e suas lideranças em 1848	437
<i>Marcus Joaquim M. de Carvalho</i>	
Sobre os Autores	465

## A RESISTÊNCIA ESCRAVA NAS AMÉRICAS: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES COMPARATIVAS<sup>1</sup>

Matthias Röhrig Assunção

Como David Brion Davis já destacou, o estudo da escravidão foi dominado, durante muito tempo, pelo paroquialismo. Por esta razão ele e alguns outros estudiosos proeminentes têm insistido sobre a necessidade de redesenhar o *big picture* da instituição nas Américas.<sup>2</sup> Neste texto, pretendo reexaminar um tema particular no âmbito dos estudos comparativos sobre a escravidão: a resistência dos escravizados. Trabalhos e pesquisas recentes têm aberto perspectivas novas, sobretudo no que diz respeito à estrutura social, às ações qualificadas como resistência, e à ideologia inspirando os rebeldes escravos.

### AVALIANDO O VOLUME E AS DIREÇÕES DA PESQUISA

Em primeiro lugar, é preciso anotar que o descompasso entre as infra-estruturas acadêmicas nos diferentes países das Américas resultou em uma situação curiosa. Apesar de que apenas 5% do tráfico transatlântico de escravos foram dirigidos para as colônias britânicas da América do Norte, provavelmente 80% do volume da pesquisa sobre escravidão lida com a *peculiar institution* nos Estados Unidos antes e sobretudo depois da independência. Muitas editoras de língua inglesa ainda publicam livros sobre “a escravidão na América” que somente tratam da instituição no

1. Agradeço os comentários e sugestões de Klaus Tonfelde (Universidade de Bochum), Michael Zenske (Universidade de Colônia) e Manuel Barcia (Universidade de Essex) sobre uma versão preliminar deste texto.

2. David Brion Davis, “Looking at Slavery from Broader Perspectives”, in “AIHR Forum: Crossing Slavery’s Boundaries”, *American Historical Review*, 105, 2 (April 2000), p. 452-66. Suponho que Davis estava se referindo sobretudo à pesquisa nos Estados Unidos.

mundo anglófono, ou exclusivamente nos Estados Unidos. Similar paroxismo caracteriza as publicações em outros países: na França, por exemplo, "l'esclavage aux Antilles", é, antes de tudo, a escravidão na ex-colônia São Domingos, nas ilhas ou na Guiana ainda hoje francesas.

No entanto, o volume de pesquisa sobre escravidão tem crescido também em outras áreas, em particular no caso do Brasil e de Cuba. No Brasil, graças à expansão massiva da universidade pública e dos seus programas de pós-graduação durante os últimos 30 anos, o número de historiadores profissionais investigando a escravidão, o período pós-abolicionista e os temas a eles relacionados, aumentou de maneira impressionante. Os historiadores brasileiros têm feito grandes esforços para igualar a produção dos seus colegas norte-americanos, apesar de condições de trabalho muito mais precárias. No entanto, a investigação sobre a escravidão no Brasil se concentra no e sobre o Sudeste, enquanto a pesquisa em muitas outras regiões ainda é restrita a alguns indivíduos isolados e heróicos que trabalham apesar de apoio institucional inadequado.<sup>3</sup> Além do mais, poucos trabalhos publicados no Brasil são traduzidos em outras línguas; somente os especialistas fluentes em português os lêem e, portanto, o impacto é bastante limitado fora do mundo lusófono.<sup>4</sup> No Caribe, sociedades escravistas de algumas ilhas foram bastante estudadas, embora a escravidão em outras áreas ainda o seja muito pouco. Penso sobretudo na Venezuela, na Colômbia e mesmo em ilhas como Trinidad. Assim, apesar da volumosa literatura sobre escravidão no hemisfério ocidental, a historiografia existente, no seu conjunto, tem produzido uma imagem da escravidão bastante distorcida, porque algumas regiões não dispõem de uma densidade de estudos sistemáticos que possibilitariam comparações sólidas.

Visões de conjunto e trabalhos comparativos têm sofrido destes desequilíbrios da pesquisa, e as barreiras linguísticas têm impedido ainda

3. Existem alguns centros de excelência fora do Sudeste, em particular nas universidades do Sul (RS, SC e PA), em Recife e em Salvador. Na UFPA existe um programa de mestrado em história faz mais de 20 anos. Mas estou me referindo aqui a uma situação de conjunto, para a qual é inevitável o desequilíbrio entre o volume de pesquisa sobre o Norte/Nordeste e o Sul/Sudeste. No Maranhão, por exemplo, até hoje não existe um programa de pós-graduação em história.

4. As exceções mais notáveis consistem nas teses de doutorado feitas por brasileiros na Europa e nos Estados Unidos e publicadas posteriormente pelas imprensas acadêmicas destes países.

mais o desenvolvimento de uma discussão mais ampla e comparativa.<sup>5</sup> A maior parte dos trabalhos comparativos sobre escravidão é feita nos Estados Unidos. Logicamente, os autores escolhem a América do Norte e um outro país ou região como caso a ser comparado. Mas será que isto realmente é a melhor comparação a se fazer? Gostaria de sugerir que a estrutura social e a formação racial na América do Norte foram tão distintas que fizeram dos Estados Unidos um caso à parte no âmbito de uma perspectiva continental. Assim, comparações dos EUA com qualquer outra colônia escravista arriscam ser menos relevantes do que comparações entre os sistemas mais parecidos do Caribe e do Brasil. Por um lado, comparações tão díspares somente são úteis se se desconsideram as diferenças óbvias para se concentrar sobre as semelhanças. Por outro lado, as comparações entre várias ilhas ou regiões do Caribe são raras, e entre o Brasil e o Caribe (tanto as ilhas quanto Colômbia ou Venezuela) praticamente não existem.<sup>6</sup>

Se este é o estado da pesquisa comparada sobre a escravidão, o estudo comparativo da resistência escrava tem se confrontado com obstáculos ainda mais significativos. O caráter transatlântico do tráfico de escravos e a inserção das economias escravistas no "sistema-mundo"

5. Algumas exceções importantes: Robin Blackburn, *The Overthrow of Colonial Slavery, 1776-1848* (London: Verso, 1988); John Thornton, *Africa and Africans in the Making of the Atlantic World, 1400-1680* (Cambridge: CUP, 1992); Katia de Queirós Mattoso, *Escravidão, História d'uma diversidade. De l'Océan Indien à l'Atlantique Sud* (Paris: L'Harmattan, 1997); e Robin Blackburn, *The Making of New World Slavery. From the Baroque to the Modern, 1492-1800* (London: Verso, 1997). Dada a dificuldade de um só autor cobrir tão vasto campo, a tendência tem sido a de juntar especialistas de várias subáreas para a publicação de livros coletivos. Ver, por exemplo, Wolfgang Binder (ed.), *Slavery in the Americas* (Würzburg: Königshausen & Neumann, 1993) e Paul E. Lovejoy (ed.), *Identity in the Shadow of Slavery* (London & New York: Continuum, 2000).

6. Algumas exceções: Rebecca Scott, "Defining the Boundaries of Freedom in the World of Cane: Cuba, Brazil and Louisiana after Emancipation", *American Historical Review*, 99 (1994), 1: p. 70-102; Lúcia Lamounier, "Between Slavery and Free Labour. Early Experiments with Free Labour & Patterns of Slave Emancipation in Brazil & Cuba", in: Mary Turner (ed.), *From Chattel Slaves to Wage Slaves. The Dynamics of Labour Bargaining in the Americas* (London: James Currey, 1995), p. 185-200; Michael Zeuske & Matthias Röhrig Assunção, "Race, Ethnicity and Social Structure in 19th Century Brazil and Cuba", *Iberoamerikanisches Archiv*, 24 (1998), 3 4, p. 375-444; Rafael de Bivar Marquese, *Feitores do corpo, missionários da mente. Senhores, tetrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860* (São Paulo, Companhia das Letras, 2004).

capitalista sempre têm merecido a atenção de estudiosos, e a maioria das sinopses clássicas sobre a escravidão adotou esta perspectiva macro.<sup>7</sup> Estudar a resistência escrava – geralmente vista como um fenômeno local – de maneira comparativa e ampla é portanto um desafio ainda maior. Como Rebecca Scott escreveu em sua resposta à Davis: “The problem of incorporating an understanding of slave agency into a system-wide analysis, however, remains to a large extent unresolved”.<sup>8</sup> Uma série de razões pode explicar esta situação. Como Scott destacou, visões de conjunto tendem a privilegiar os “pecadores” (banqueiros, negociantes e fazendeiros) em vez das “vítimas dos pecados” (*sinned against*).

O campo da agência escrava foi, durante muitos anos, identificado sobretudo com a resistência. E a resistência escrava, por sua vez, foi durante muito tempo identificada com as formas insurrecionais: fugas, quilombos e rebeliões. Outras ações violentas como sabotagens, suicídio e infanticídio são sempre mencionadas, mas até pouco tempo atrás não mereciam a atenção dos estudiosos.<sup>9</sup>

O historiador norte-americano Eugene Genovese propôs um modelo de grande impacto no seu clássico *From Rebellion to Revolution*.<sup>10</sup> Neste

trabalho o (então) marxista estabeleceu um modelo seqüencial, que diferenciava entre uma primeira fase de rebeliões lideradas por escravos africanos, perseguindo objetivos “restauracionistas”, ou seja o estabelecimento de sociedades inspiradas por modelos africanos; e uma segunda fase de rebeliões lideradas por escravos crioulos, que, debaixo da influência de ideologias das revoluções atlânticas (Estados Unidos e França), almejavam também objetivos revolucionários, como a abolição da escravidão. A sua tese pode ser resumida na frase: “The Africans had raised formidable rebellions; the Creole were threatening revolution”.<sup>11</sup>

O modelo de Genovese – em particular sua visão teleológica da história, onde os escravos figuram como agentes subordinados à revolução burguesa – tem sido muito criticado e rejeitado por bom número de estudiosos. Tendo em vista a alta frequência de revoltas de escravos africanos (Hausás e Nagôs/Lucumies) na Bahia e em Cuba durante a “Era das Revoluções”, a sua cronologia parece mais decorrer de uma visão preconcebida do mundo do que de uma análise objetiva das fontes. Assim ele discute os movimentos liderados por africanos no século XIX no primeiro capítulo, operando uma curiosa distorção cronológica. Além do mais, Genovese atribui somente à influência da Ilustração europeia a razão da mudança no tipo de rebeliões. Michael Craton, pelo contrário, tem insistido sobre as razões internas que resultaram nas transformações da rebeldia escrava no Caribe britânico:

Este processo, a criouliização, providenciou seus próprios padrões de resistência sem a necessidade de fator ou estimulação externa. [...] Os escravos crioulos não dependiam de uma consciência europeia nem de um movimento revolucionário europeu (ou “ocidental”) para planejar revoltas.<sup>12</sup>

Finalmente, Genovese praticamente ignorou as ações legais e outras formas de resistência escrava, porque “sua inclusão somente estenderia o

7. Ver, por exemplo, Eric Williams, *Capitalismo e escravidão* (1. ed. inglesa, 1994, Rio de Janeiro: Americana, 1975); Robin Blackburn, *Making of New World Slavery*, etc.

8. Rebecca J. Scott, “Small-Scale Dynamics of Large-Scale Processes”, in *AHR*, 105, 2 (April 2000), p. 473.

9. Sobre suicídios de escravos no Brasil, há pouquíssimos estudos. Ver o clássico José Alípio Goulart, *Da fuga ao suicídio. Aspectos de rebeldia dos escravos no Brasil* (Rio de Janeiro: Conquista, 1972), p. 123-30; Maria de Fátima Rodrigues das Neves, *Documentos sobre a escravidão no Brasil* (São Paulo: Contexto, 1995), p. 107-9, e mais recentemente, Jackson Ferreira, “‘Por hoje se acaba a vida’: suicídio escravo na Bahia, 1850-1888”, *Afro-Ásia*, 31 (2004), p. 197-234. Sobre suicídios em Cuba, ver Maria Ponomir Taguechel, “El suicidio esclavo en Cuba en los años 1840”, *Anuario de Estudios Americanos* 43, Sevilla (1986), p. 69-86; Jean-Pierre Tardieu, “Le suicide des esclaves aux Antilles. Retour thanatique au pays des ancêtres”, in: *L’émigration: le retour. Études rassemblées par Rose Durox et Alain Mondon*, Clermont: Université Blaise-Pascal, Centre de Recherches sur les Littératures Modernes et Contemporaines, 1999, p. 179-88, e Manuel Barcia Paz, “Domination and Slave Resistance on Cuban Plantations, 1808-1848” (Doutorado em História, Universidade de Essex, abril 2005), capítulo V.

10. Eugene D. Genovese, *From Rebellion to Revolution. Afro-American Slave Revolts in the Making of the Modern World* (Baton Rouge: Louisiana State University Press, 1979); em português: *Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas* (São Paulo: Global, 1983).

11. *From Rebellion*, p. 101.

12. “This process, criouliization, provided its own patterns of resistance without the need of external impetus or stimulation. [...] Creole slaves depended upon neither a European consciousness nor a European (or “Western”) revolutionary movement to plot revolt”. Michael Craton, *Testing the Chains. Resistance to Slavery in the British West Indies* (Ithaca & London: Cornell University Press, 1982), p. 332.

texto sem afetar essencialmente o argumento".<sup>13</sup> Meu ponto de vista, pelo contrário, é que a possibilidade de outras formas de resistência teve um impacto profundo sobre as razões pelas quais os escravos escolheram, ou não, formas insurrecionais de ação. Quando Genovese discute "a balança política do poder", se refere, em última instância, somente à situação militar, e isto certamente não é o suficiente para entender tanto as revoltas quanto a resistência escrava mais ampla. A interpretação de Genovese sobre as razões das revoltas sofre portanto do defeito básico de tentar adequar a agência escrava a certos dogmas na moda durante a época em que escreveu e submeter as revoltas escravas à "revolução burguesa-democrática internacional". A insistência pós-moderna sobre a subjetividade permitia uma revisão radical deste tipo de enfoque.

### REDEFININDO RESISTÊNCIAS

Talvez a queda do muro de Berlim não tenha significado o fim de toda metanarrativa de progresso. Mas pelo menos inaugurou a – até agora – crise terminal da teleologia marxista, tão importante nas ciências sociais até a década de 1980. Como o socialismo deixou de ser o destino para o qual convergem todos os caminhos da história, a racionalidade de rupturas anteriores também passou a ser questionada. A visão da Revolução Francesa como modelo de revolução burguesa, por exemplo, igualmente entrou em colapso abaixo dos ataques de François Furet e seus companheiros revisionistas.<sup>14</sup> A modernidade das revoluções ibéricas também foi questionada e reavaliada por François-Xavier Guerra e os muitos trabalhos que inspirou e orientou em sua cátedra na Sorbonne.<sup>15</sup>

Da mesma maneira, a noção mesma de resistência escrava foi submetida a redefinições sucessivas; reavaliação influenciada pela emergência de novos tipos de movimentos sociais típicos do "capitalismo tardio". Quando historiadores discutem hoje a resistência escrava,

geralmente incluem qualquer tipo de ação onde identifiem uma intenção de resistir. Como consequência, não somente ações violentas (rebeliões, sabotagens, homicídios, suicídios, infanticídios), mas também um leque muito mais amplo de ações e posturas não violentas ou "infra-políticas" agora é aceito como representando "resistência".

Por exemplo, os escravos enfrentaram seus senhores nos tribunais para obter o que achavam que lhes cabia de direito. Um número crescente de pesquisas tem mostrado em que medida estas batalhas jurídicas pela liberdade constituíam uma possibilidade de agência escrava no âmbito da legalidade senhorial.<sup>16</sup> É negável o caráter de resistência destas ações jurídicas dos escravizados, mesmo se parecem se restringir sobretudo a alguns grupos entre a massa cativa (os escravos urbanos).

A chamada "resistência cultural" constitui outro campo explorado com mais intensidade nos últimos anos. As confrarias negras e pardas, por exemplo, foram estigmatizadas durante muito tempo como símbolos da submissão e aculturação dos escravos e forros. Trabalhos mais recentes, no entanto, têm mostrado até que grau as confrarias permitiram formar associações de ajuda mútua e reconstituir identidades étnicas.<sup>17</sup> Da mesma maneira, os festivais populares não podem mais ser vistos como desperdício fútil da energia revolucionária dos escravos. Muitas vezes foram não somente pretextos para rebeliões, mas permitiram aos escravos manter aspectos fundamentais de suas culturas e identidades. Embora as pesquisas recentes permitam reavaliar o papel destas manifestações, em geral se restringem a monografias sobre uma instituição ou uma festa em um determinado lugar. Comparações sistemáticas, por exemplo, entre as

13. Genovese, *From Rebellion*, p. xxiii. ["their inclusion would only extent the text without essentially affecting the argument"].

14. François Furet & Denis Richet, *La Révolution française* (1. ed. Paris: Hachette, 1965); François Furet, *Penser la Révolution française* (Paris: Gallimard, 1978).

15. François-Xavier Guerra, *Lugares, formas y ritmos de la política moderna* (Caracas: Academia Nacional de la Historia, 1988); *La Révolution Française, la Péninsule Ibérique et l'Amérique Latine* (Paris: ADIC/CNRS, 1989).

16. See Sidney Chalhoub, *Visões da Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990; Keila Grinberg, *Liberata. A lei da ambigüidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX* (Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994). Para Cuba, ver Alejandro de la Fuente, "Slave Law and Claims-Making in Cuba: the Tannenbaum Debate Revisited", *Law and History Review*, 22:2 (2004), p. 339-69 ([www.historycooperative.org/journals/lhr/22.2/forum\\_fuente.html](http://www.historycooperative.org/journals/lhr/22.2/forum_fuente.html), acessado 16/3/2005) e o debate neste mesmo número do jornal.

17. José Ramos Tinhorão, *Os negros em Portugal* (2. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 1997); Mariza de Carvalho Soares, *Devotos da cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000); Marina de Souza e Mello, *Reis negros no Brasil escravista. História da festa de coroação de rei congo* (Belo Horizonte: Editora UPMG, 2002); Didier Lathu, "Eslavaggio et Confréries Noires au Portugal durant l'Ancien Régime, 1441-1830" (Thèse de doctorat, Université de Paris, 2002).

confrarias nos territórios espanhóis e portugueses, não existem. As sociedades secretas dos negros (como a Abakuá cubana) tampouco foram analisadas em perspectiva hemisférica.

A expansão sucessiva da noção de resistência escrava, por outro lado, acabou criando um problema de método. Se é possível identificar praticamente em toda ação escrava uma intenção de resistir, o conceito de resistência arrisca tornar-se amplo demais e mesmo sem sentido. Se o mero ato de respirar – para sobreviver! – já constitui ato de resistência, qual é a utilidade deste conceito para entender a dinâmica entre a estrutura escravista e a agência escrava?

Outro desenvolvimento importante no estudo da resistência escrava é a rediscussão da ideologia subalterna. Na tradição marxista e gramsciana, as classes subordinadas são controladas não apenas por meios violentos, mas também através da elaboração, pela classe dominante, de uma ideologia hegemônica. O desenvolvimento de um “falsa consciência” entre os subalternos permitiria às elites generalizar uma aceitação de sua dominação, a um custo muito menor que o uso da coerção física. Historiadores de rebeliões populares têm refinado ainda mais este enfoque. George Rudé, por exemplo, concebeu a ideologia popular como consistindo sempre da fusão de dois elementos: a ideologia inerente (baseada na experiência direta, na tradição oral ou no folclore) e a ideologia derivada.<sup>18</sup> Este enfoque de tradição gramsciana foi duramente criticado por James Scott. Ele descarta as manifestações de deferência como apenas o “traslado público” (*public transcript*) usado pelos subalternos nos seus contatos cotidianos com a classe dominante.<sup>19</sup> Quando os dominados – e os escravos em particular – estão entre eles, Scott argumenta, conversam de maneira muito diferente: é a hora do *hidden transcript*, que transcreve as “verdadeiras” convicções dos subalternos.

A busca do *hidden transcript* resultou em leituras antropológicas de todo tipo de fontes históricas, incluindo o folclore, para identificar as intenções escravas e entender suas formas de resistência. Quando escravos africanos no Rio de Janeiro, por exemplo, recusam obstinadamente levar a bordo o crânio de uma tartaruga, somente uma análise pormenorizada da sua cultura de origem centro-africana pode explicar o seu comporta-

mento insubmisso.<sup>20</sup> Ou seja, o comportamento absurdo dos escravos – na visão dos observadores brancos – somente pode ser entendido levando em conta sua cultura de origem. Esta linha de pesquisa tem resultado em vários trabalhos inovadores, que aprofundaram o nosso entendimento da agência escrava. Uma postura de relativismo cultural parece ser mais fértil para avançar na pesquisa sobre estas matérias do que visões preconceituosas sobre formas “arcaicas” de resistências e sua suposta “falsa consciência” típicas da teleologia marxista. Entretanto, abandonar de todo o conceito de hegemonia me parece tampouco útil.

O problema, obviamente, é que decifrar o contexto cultural dos escravos é extremamente difícil, dado que as fontes sobre revoltas e resistência escrava são oriundos, na sua maioria – e muitas vezes exclusivamente –, dos agentes encarregados da repressão. Estes precisam reprimir o movimento, descobrir a extensão do envolvimento escravo ou livre. Mas, de maneira geral, não estão interessados em entender a sutil dinâmica entre os vários fatores que causaram a rebelião. Assim, os autos de crimes de rebeliões podem se revelar extremamente superficiais, e a repetição das mesmas perguntas e respostas estereotipadas provocar uma leitura monótona, como por exemplo no caso dos autos-crime da rebelião Manoel Congo, em Vassouras, em 1838.<sup>21</sup> O caráter indireto das fontes sobre rebeliões, e o uso da tortura para com os réus escravos, fez alguns estudiosos chegarem ao ponto de duvidar da existência mesma de algumas delas. A grande controvérsia iniciada por Michael Johnson a respeito da conspiração de Denmark Vesey em Charleston, em 1822, constitui o melhor exemplo deste tipo de revisionismo radical.<sup>22</sup> Portanto, muitas vezes, as fontes não permitem conclusões definitivas sobre as “verdadeiras” intenções – *hidden transcript* – dos escravos.

20. Robert W. Stenes, “The Great Porpoise-Skull Strike. Central African Water Spirits and Slave Identity in Early 19th Century Rio de Janeiro”, in Linda Heywood, *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora*, Cambridge, CUP, p. 183-210.

21. João Luiz Dubuc Pinna et al. (org.), *Insurreição negra e justiça* (Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, Ordem dos Advogados do Brasil, 1987). Para uma análise detalhada destes autos, ver Flávio dos Santos Gomes, *Histórias de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995), p. 179-321.

22. Ver o artigo de Michael P. Johnson e as respostas de vários estudiosos no Fórum “The Making of a Slave Conspiracy”, *William and Mary Quarterly*, part I, 58, 4 (2001): p. 912-75 e part II, 59, 1 (2002): p. 134-202.

18. George Rudé, *Ideology and Popular Protest* (London: Lawrence and Wishart, 1980).

19. James Scott, *The Hidden Transcript* (New Haven: Yale University Press, 1990).



Mas o árduo trabalho de uma nova geração de historiadores em arquivos, bibliotecas ou outros lugares de memória – inclusive a memória oral – tem resultado, no entanto, na descoberta de novas jóias sobre movimentos já conhecidos. Assim, sabemos agora que os negros *loangos* em Coro, na Venezuela, já cantavam *antes* da famosa insurreição de 1795 versos que anunciavam o que estava para acontecer: “Mas vale negro con placa, que caveza de blanco: candela arriba, candela abajo, saca la machaca, corta la cabeza, come los zamuros, beva la aguardienta”.<sup>23</sup> A identificação e a minuciosa análise destes raros *hidden transcripts* continua sendo uma das melhores vias pelas quais podemos entender melhor a rebeldia e a resistência escrava.

O recenseamento sistemático de todas as instâncias de rebeldia escrava é igualmente importante para uma avaliação correta do *big picture*. Sem negar a relevância de episódios conhecidos como Palmares ou a revolta dos Malés no Brasil ou as conspirações de Aponte e La Escalera em Cuba, a historiografia, privilegiando demais estes quilombos ou movimentos, tem contribuído para diminuir a importância de muitos outros, menos (ou até mesmo (des)conhecidos episódios de rebelião escrava. Uma série de trabalhos recentes tem descoberto novos movimentos em lugares e épocas até agora pouco pesquisados. Em Cuba, por exemplo, os escravos africanos recém-chegados promoveram uma série de rebeliões durante as primeiras décadas do século XIX, comparável ao ciclo de revoltas *hausás* e *nagôs* da Bahia, e que até agora foi desprezada pelos historiadores.<sup>24</sup> Da mesma maneira, existiram movimentos rebeldes no Brasil que ainda esperam por estudos mais detalhados.<sup>25</sup> O trabalho de Robert Slenes sobre conspirações e rebeliões nas fazendas de café do Sudeste no final da década de 1840 mostra que nem sempre as elites gos-

tavam de tornar públicas as ações dos cativos.<sup>26</sup> A conspiração do silêncio constituiu, portanto, outra estratégia para controlar a insubmissão dos escravizados. Parece que até hoje ela alcançou certo êxito, pois levou a uma subestimação da rebeldia escrava.

### REDISCUINDO OS FATORES QUE CAUSARAM REBELIÕES ESCRAVAS

O que eu gostaria de propor neste artigo é continuar a discussão sobre rebeliões escravas iniciada por Genovese. Não somente seu esquema linear e sua periodização curiosa, mas os fatores que ele destaca para a eclosão de revoltas escravas precisam ser revistas, além do conceito mesmo de rebelião escrava. Genovese destaca as “condições gerais que favoreceram as grandes revoltas e a guerrilha” como se segue:

O relacionamento senhor-escravo desenvolveu-se 1) no contexto do absenteísmo e da despersonalização, bem como no de um grande distanciamento cultural entre brancos e negros; 2) onde ocorriam reveses econômicos e fome; 3) onde as propriedades apresentavam, em média, de cem a duzentos escravos, como nos engenhos de açúcar, em vez de vinte ou pouco mais, como no Velho Sul; 4) onde a classe dirigente via-se frequentemente dividida, participando de guerras entre países escravocratas ou travando lutas sérias em determinado país escravocrata; 5) onde os brancos sobrepujavam os nascidos no contexto da escravidão americana (os crioulos); 6) onde a estrutura social do regime escravista permitia a emergência de uma liderança negra autônoma; 7) onde a situação geográfica, social e política fornecia meios e oportunidades para a formação de núcleos escravos fugidos, suficientemente fortes para ameaçar o regime das fazendas. Esta lista pode ser aumentada, refinada e subdividida, mas, tomadas em conjunto, tais condições resumiam uma só: o equilíbrio do poder, militar e político.<sup>27</sup>

23. Ver Josefina Jordán, “Acercamiento a la Rebelión encabezada por José Leonardo Chirinos en 1795”, in: Amelia Hernández (org.), *Documentos de la Insurrección de José Leonardo Chirinos* (Caracas: Fundación Historia e Comunicación, 1994).

24. Mannel Barcia Paz, “Slave Rebellions in Latin America during the ‘Age of Revolutions’: Bahia and Havana-Matanzas from a Comparative Perspective” (MA Dissertation, University of Essex, 2002).

25. No Maranhão, por exemplo, houve pelo menos duas conspirações escravas na época da Independência. Ver, a este respeito, Matthias Röhrig Assunção, “Cabanos contra Bem-te-vi: A construção da ordem pós-colonial no Maranhão, 1820-1841”, in: Mary del Priore & Flávio dos Santos Gomes (eds.), *Os senhores dos rios. Amazônia, margens e histórias* (Rio de Janeiro: Campus, Elsevier, 2003), p. 193-225.

26. Veja seu artigo nesta coleção e o *paper* sobre rebelião escrava no Sudeste apresentado na conferência “Haiti 1804-2004. Da revolução dos escravos à construção do Estado nacional”, Rio de Janeiro. IFCS, UFRJ, 22-24 setembro 2004.

27. Genovese, *From Rebellion to Revolution*, p. 11-2; *Da rebelião à revolução*, p. 33.

É preciso reconhecer que Genovese estabeleceu uma diferenciação extremamente útil no seu tempo, parte de sua importante contribuição para a história da escravidão. Alguns itens, como (3) o tamanho das propriedades, continuam sendo aceitos pela historiografia como fatores decisivos. No entanto, esta lista não está mais em dia com o conhecimento que temos hoje de revoltas escravas. Alguns fatores que ele destaca ainda esperam por confirmação empírica. A frequência de rebeliões nas plantações de açúcar no Caribe parece confirmar que o absenteísmo e a “despersonalização” foram causas de resistência por meios violentos, mas o mesmo não ajuda a entender o caso do Brasil. E quantos casos conhecemos onde se confirmam que crise econômica e fome foram causas principais para rebeliões? Sem dúvida, rebeliões eram mais prováveis onde negros constituíam a grande maioria da população e os brancos uma minoria. Mas então por que o lugar com a maior concentração de escravos nas Américas, a cidade do Rio de Janeiro, com 80.000 escravos nas décadas antes de 1850, nunca viveu uma revolta escrava significativa? Em outras palavras, outras razões devem ter contribuído para impedir a eclosão de rebeliões que foram, em contraste, tão frequentes durante a primeira metade do século em outros locais, como Salvador. Acredito que similarmente à Jamaica nos anos de 1790,<sup>28</sup> o “enigma do Rio de Janeiro” somente se explica se considerarmos a presença, nesta cidade, de contingentes militares importantes, fator de resto já mencionado por Genovese.

O último fator de sua lista tampouco é convincente, pois “a situação geográfica, social e política” é um aglomerado de fatores condicionantes que precisam ser discutidos mais pormenorizadamente. Uma análise de todos os fatores à luz de pesquisas recentes mostra que a lista de Genovese é bastante incompleta. Ele em larga medida ignorou o peso de projetos raciais e da formação racial em cada sociedade escravista. E, apesar dele mencionar brevemente a participação dos escravos em movimentos políticos mais amplos na América hispânica e no Brasil, não incorporou este aspecto no seu esquema, que considera apenas os fatores favorecendo revoltas “escravas”.

28. David Geggus, “The Enigma of Jamaica in the 1790s: New Light on the Causes of Slave Rebellions”, *William & Mary Quarterly* 44 (1987): p. 274-99.

De fato, Genovese usou seu conhecimento íntimo do Sul dos Estados Unidos como base a partir da qual ele elaborou seu modelo de rebeliões escravas – modelo que deveria explicar por que os escravos nos Estados Unidos eram, de maneira geral, menos inclinados à revoltar-se. Ou seja, um caso excepcional – os Estados Unidos – forneceu a regra para uma comparação, o que não deixou de ter consequências para a sua análise. Apesar de brevemente discutir movimentos no Brasil e nas colônias espanholas, o enfoque principal de seu livro são as revoltas no Estados Unidos, no Caribe inglês e no Haiti, e é destes casos que derivam sua argumentação. Desta maneira, privilegia as sociedades escravistas onde a população de cor era menos importante, e a segregação institucional maior. Acredito que está na hora de reposicionar a análise da resistência e da rebeldia escrava, dando o seu devido lugar às sociedades escravagistas hispânicas do Caribe e ao Brasil.

Mais recentemente, David Geggus tem rediscutido as razões de rebeliões escravas, insistindo sobre a dificuldade de avaliar objetivamente o peso respectivo da repressão e do consenso obtido através da hegemonia senhorial.<sup>29</sup> Geggus discute tanto os fatores que dificultaram quanto os que favoreceram as rebeliões escravas. Destaca que há unanimidade entre os estudiosos apenas a respeito de duas razões: o já mencionado agrupamento dos cativos em grandes unidades (como nos engenhos de açúcar) e a proporção entre escravos e livres. Ou seja, quanto maior a média de escravos por fazenda, e quanto maior o número de escravos em relação aos livres, maior a possibilidade de revoltas. Como Geggus mostra, todos os demais fatores podem ser questionados. Por exemplo, a atomização dos grupos escravos foi muito enfatizada por Moses Finley como fator para garantir a estabilidade do sistema. Mas os Estados Unidos, com a população escrava mais homogênea das Américas devido ao alto grau de reprodução interna durante o século XIX, representam justamente a sociedade escravista menos ameaçada por rebeliões no hemisfério. O cristianismo contribuiu para a estabilidade do sistema, mas também forneceu “veículo e inspiração para algumas das mais proeminentes insurreições tanto no Caribe britânico quanto na América do Norte”. A “feiticeira” dos africanos pode ter “desviado energias para atividades

29. David Geggus, “The Causation of Slave Rebellions: An Overview”, in: *Haitian Revolutionary Studies* (Bloomington: Indiana University Press, 2002), p. 55-68.

mágico-religiosas ao invés de políticas", e levado escravos a subestimar o seu poder militar, mas foi, por outro lado, importante fator em várias rebeliões escravas.<sup>30</sup> O fechamento da fronteira agrária, a crise econômica, a urbanização, a alta concentração de recém-escravizados, as atividades quilombolas e os rumores emancipacionistas são outros tantos fatores que precisam ser considerados, mas, como Geggus reconhece, seu impacto parece variar consideravelmente segundo o período e o lugar.

Também é comum a afirmação de que os africanos eram mais rebeldes que os crioulos. C. L. R. James já afirmou de maneira peremptória: "O negro crioulo era mais dócil que o escravo que havia nascido na África".<sup>31</sup> Me pergunto, no entanto, sobre que base empírica e que método de comparação esta tese se baseia, dúvida que compartilho com vários outros estudos recentes. O próprio Genovese já sentiu esta injustiça, ao dizer que os crioulos "tinham desenvolvido uma reputação de acomodados não inteiramente justa".<sup>32</sup> Mas recentemente Geggus reconheceu que "não é inteiramente claro que os africanos se rebelavam mais freqüentemente do que os crioulos".<sup>33</sup> Glória García também escreve a este respeito:

Idéntico malentendido preside la consideración de que los esclavos criollos, por haber nacido en cautiverio, se sometían con facilidad, absteniéndose de participar en los motines y alzamientos. Los datos de Cuba no respaldan una conclusión de ese tipo, pues tanto los de la isla como los nativos de diversos países americanos traídos aquí se cuentan entre los participantes activos de las conspiraciones, y aun en calidad de organizadores.<sup>34</sup>

Gostaria de argumentar aqui que: a) os escravos crioulos eram mais suscetíveis de se engajar em movimentos políticos mais amplos que não foram registrados pela historiografia como sendo "rebeliões escravas", e que: b) outras formas de resistência absorviam a "energia rebelde" dos

crioulos. Para o Rio de Janeiro, por exemplo, poderia argumentar que o alistamento em maltas de capoeira fornecia a estes escravos instrumentos mais eficazes de resistir às autoridades e senhores sem arriscar tanto quanto numa rebelião aberta, ou que os capoeiras eram, de fato, rebeldes.<sup>35</sup>

A questão da liderança negra "autônoma" (ponto sete do esquema de Genovese) também necessita de uma rediscussão em âmbito comparativo. Podemos diferenciar entre a grande massa dos trabalhadores do ceto, de ambos os sexos, por um lado, e por outro, os escravos com ocupações mais especializadas, que por esta razão também gozavam de pequenos privilégios. Trata-se dos escravos que exerciam algum ofício (artesões), e detinham um cargo mais importante dentro do processo produtivo da fazenda (postos de responsabilidade nos engenhos e fazendas, como o mestre de açúcar), supervisionando o trabalho dos outros escravos (os feitores, chamados em outras colônias de *drivers*, *commandeurs* ou *contramayorales*), e finalmente, dos escravos domésticos.

Robert Paquette mostrou o quanto era negativa a imagem que a literatura e também a historiografia desenhava dos feitores.<sup>36</sup> Mas apesar de feitores e capatazes escravos terem sido quase sempre representados como traidores à sua classe, como instrumentos que garantiam o poder de seus senhores, em troca de pequenas vantagens pessoais, muitas, senão a maioria das grandes rebeliões de escravos foram lideradas por eles ou por outros escravos relativamente privilegiados. Em São Domingos, em 1791, foi a adesão dos *commandeurs* nas reuniões conspirativas que garantiu o êxito da revolta. Na "Guerra Batista" da Jamaica, em 1831, foram eles, e outros escravos privilegiados, outra vez o motor do movimento.<sup>37</sup> No Brasil, os trabalhadores qualificados desempenharam o mesmo papel, veja-se por exemplo a revolta do ferreiro Manoel Congo, em Vassouras, em 1838. Em geral, os senhores se surpreendiam com a revolta dos seus

30. Ver a discussão em Geggus, "The Causation", p. 58-9.

31. *The Black Jacobins: Toussaint l'Ouverture and the San Domingo Revolution* (New York: Alfred A Knopf, 1963), p. 17.

32. "Creoles, who developed a not entirely fair reputation as accommodationists", *From Rebellion*, p. 98.

33. Geggus, "The Causation", p. 61.

34. Glória García, *La esclavitud desde la esclavitud* (La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2003), p. 45.

35. Para capoeiras no Rio de Janeiro oitocentista, ver Carlos Eugênio Libano Soares, *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850* (Campinas: Editora da Unicamp/Cecult, 2001).

36. Robert L. Paquette, "The Drivers Shall Lead Them: Image and Reality in Slave Resistance", R. L. Paquette & Louis A. Ferleger, *Slavery, Secession, and Southern History* (Charlottesville, London, 2000), p. 31-58.

37. Mary Turner, *Slaves and Missionaries: The Disintegration of Jamaican Slave Society, 1787-1834* (Urbana: University of Illinois Press, 1982); Michael Craton, *Testing the Chains: Resistance to Slavery in the British West Indies* (Ithaca: Cornell University Press, 1982).

escravos de estimação. Se sentiam traídos, sobretudo quando se tratava de escravos domésticos – outro grupo importante na liderança de várias rebeliões. O papel crucial desta “pequena casta privilegiada” já foi realçado por C. L. R. James quando discutiu a liderança escrava na Revolução Haitiana.<sup>38</sup> Genovese também conseguiu, magistralmente, dar conta desta contradição:

The Ashanti sometimes did yeoman work for the whites as virtual *Kapos* on the slave ships and as drivers and later policemen in the islands. Yet the same qualities that led them into those roles also made them the most feared of all slave revolutionaries.<sup>39</sup>

Por isto podemos e devemos também pensar os feitores como líderes de sua comunidade, e não somente como líderes impostos pela autoridade senhorial. De fato, alguns feitores designados pelo senhor foram recusados pelos escravos, podendo resultar este conflito em confrontos abertos.<sup>40</sup> Outra prova de que os feitores assumiam um papel de mediadores entre a comunidade dos cativos e o mundo mais abrangente se pode ver no fato de que muitas comunidades negras escolheram, depois da abolição, como seu líder o ex-feitor do plantel.<sup>41</sup> Ou seja, o *hidden transcript*, neste caso, não era necessariamente tão diferente do “transcrito público”.

Outro problema na análise das “formas insurrecionais” de Genovese é que os limites com outras formas não são sempre tão claros como ele sugere, em particular durante a “Era das Revoluções”. A resistência organizada e aberta dos escravos podia assumir formas não violentas –

38. James, *Black Jacobins*, p. 19. James ainda considerava que Toussaint fosse um escravo. Pesquisas ulteriores têm mostrado que 1.º Ouverture do fato já era liberta antes da insurreição de 1791, e possuía meia dúzia de escravos. Ver a este respeito Gabriel Delon, Jean Foucard, Marie-Antoinette Menier, “Toussaint Louverture avant 1789: Legendes et réalités”, *Conjonction* (Port-au Prince), 134 (1977), p. 66-80.

39. Genovese, *From Rebellion to Revolution*, p. 100.

40. Gloria García, *La esclavitud desde la esclavitud* (La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2003), p. 24-7; ver também Manuel Buciá Paz, “Los Contramayorales negros y mulatos en la Cuba decimonónica”, *Boletín del Gabinete de Arqueología*, 1, 2 (2001), p. 88-93.

41. Para o caso das comunidades negras do Maranhão ver Luiz Eduardo Soares, *Campesinato: Ideologia e Política* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981). Matthias Röhrig Assunção, *A Guerra dos Bem-te-vis. A Balada na memória oral* (São Luís: Siope, 1988).

pelo menos inicialmente. Os protestos de 1823 na Demerara, de 1831 na Jamaica, e de 1854 em Salvador foram iniciados por escravos através de ações que podiam ser ilegais, mas que foram executadas de maneira pacífica. Foram as autoridades e os senhores que entraram em pânico e que reagiram de maneira violenta, resultando, no caso das colônias britânicas, em banhos de sangue para os escravos. Mas, se o protesto resultou em morte e punições para seus autores, a médio prazo se revelou eficaz, pois contribuiu significativamente para a abolição da escravidão nas colônias britânicas.<sup>42</sup> É pois necessário examinar a relação entre os diferentes tipos de resistência escrava, e o contexto institucional e político mais amplo, ao invés de somente comparar o número de rebeliões em cada sociedade escravista. Genovese reconhece esta necessidade, mas deixou de discuti-la no seu texto.

#### ESTRUTURA SOCIAL, PROJETOS RACIAIS E FORMAÇÃO RACIAL

Muitos autores consideram que os escravos das sociedades de *plantation* constituem uma classe. Genovese afirma, por exemplo:

Every slave class in insurrection set for itself the task of self-liquidation – if not for the liquidation of the class as a whole through the total abolition of slavery, then at least for the liquidation of its own particular segment.<sup>43</sup>

Robin Blackburn também acha que: “A resistência escrava neste sentido era tanto uma forma de luta de classes como as revoltas dos seguidores de Capitão Swing ou do proletariado de Lyon”.<sup>44</sup> Sem dúvida esse é o caso se tomamos classe no seu sentido mais amplo, weberiano; mas não necessariamente na tradição marxista. É verdade que Marx, no *Manifesto Comunista*, enumera as classes antagônicas que se sucederam ao longo da história – senhores e escravos, senhores feudais e servos,

42. See Emilia Viotti da Costa, *Crowns of Glory, Tears of Blood. The Demerara Slave Rebellion of 1823* (Oxford, New York: OUP); Mary Turner, *Slaves and Missionaries*, Michael Craton, *Testing the Chains*; João João José Reis, “A greve negra de 1854 na Bahia”, *Revista USP*, 18 (1995): p. 8-29.

43. Genovese, *From Rebellion*, p. 91.

44. Blackburn, *The Overthrow*, p. 528. [“Slave resistance was in this sense as much a form of class struggle as were the revolts of Captain Swing’s followers or of the proletariat of Lyons.”]

capitalistas e proletários —, mas em outros escritos ele deixou claro que a definição de classes no capitalismo é diferente de em todas as prévias formações sociais. Além do mais, sua referência à escravidão usualmente é a Grécia ou o Império Romano, mas não a escravidão de *plantation* nas Américas.

Se o processo produtivo for considerado como central para a definição de classe, os escravos não constituíam uma classe nas sociedades de *plantation*. Como vimos, escravos e escravas trabalhavam no eito, mas também como domésticos e artesões, e até supervisionavam o processo de produção. O lugar do escravo no processo produtivo não serve, portanto, para definir a instituição. Como todos os estudos clássicos sobre escravidão genérica destacaram, o que define a condição escrava é o *dominium* que o senhor exerce sobre ele, e o fato de ele ser um *outsider* na sociedade em que vive.<sup>45</sup> Já foi destacado que a segunda condição nem sempre se verificou nas Américas, e portanto a primeira acaba sendo a mais importante. Isto significa que a constituição da escravidão não é econômica, mas através da lei; e como as leis são feitas na *polis*, a definição da escravidão é, em última instância, política. As construções das classes sociais variavam de colônia para colônia, ou mesmo dentro da mesma sociedade escravista, havendo muitas vezes vários projetos conflitantes. Em Cuba, por exemplo, alguns intelectuais como Francisco de Arango (no seu *Discurso*, de 1792) constroem uma “classe negra” que abrange todos os afrodescendentes, sem distinguir “pretos” e “mulatos”, livres e escravos. Nesta versão cubana do *one drop rule*, “Todos são negros: eles têm todos mais ou menos os mesmos desgostos e os mesmos motivos de se sentirem magoados por nós”.<sup>46</sup>

Ao assumir que os escravos constituem uma classe, ou melhor, uma das duas classes fundamentais na sociedade, nós também aceitamos que eles têm que resistir como tal, adquirir uma consciência de classe para que possam agir enquanto escravos *per se*, de preferência separados dos outros segmentos da sociedade. Quando não agem desta maneira, são considerados traidores de “sua classe”. Fatos que não corroboram esta perspectiva classista sobre resistência escrava são descartados ou ignorados.

45. Moses I. Finley, verbete “Slavery”, *Encyclopaedia of Social Sciences* (1969).

46. Francisco de Arango y Parreño, *Obras* (2 vols., La Habana: Dirección de Cultura, 1952), II, p. 114-62; ver também Zeuse e Assunção, “Race”, p. 395.

O fato dos feitores e outros escravos “de elite” estarem ora do lado do sistema, ora liderando as revoltas contra ele não significa que se tratava de caracteres instáveis. Este seria o atributo próprio, segundo alguns analistas, da pequena burguesia, indecisa entre a aliança com a burguesia ou a solidariedade com o proletariado. O papel contraditório da elite dos escravos também tem a ver com a sua ambivalência de sua posição de classe. Mas acredito que suas hesitações derivam menos da sua propensão à “traição de sua classe” do que do fato que a classe dos escravos nunca ter sido uma realidade dada *a priori*. A classe dos escravos era construída nas próprias revoltas nas quais os feitores escravos assumiam a liderança. Tratava-se de uma possibilidade, nunca de uma certeza, que derivaria da lógica do processo produtivo. Por esta razão me parece necessário repensarmos a famosa “autonomia” da liderança escrava evocada por Genovese. De que autonomia se trata? Seriam mesmo os negros mais afastados da convivência dos senhores os mais perigosos, e mais inclinados a organizar revoltas? Também acredito que não faz sempre sentido discutir todas estas categorias juntas, pois eram distintas as relações que tinham os senhores com seus feitores ou artesões, das que mantinham com seus escravos domésticos. Em outras palavras, falta um trabalho comparativo sobre estas categorias escravas “privilegiadas” e o seu papel nas rebeliões nas Américas.

O postulado da unidade de classe dos escravos tem resultado em outras distorções. É no mínimo curioso que a maioria das chamadas “rebeliões escravas” nas Américas envolvia, de fato, muitos outros segmentos da população. Os escravos frequentemente se associaram a forros e a homens de cor livres nas muitas rebeliões e conspirações da “Era das Revoluções”. A “Conspiração dos Alfaiates”, em 1798 na cidade da Bahia, envolvia, além dos escravos, forros e livres, e negros e pardos. Muitos dos incriminados eram artesões e soldados. É provável que até pessoas mais conceituadas estivessem envolvidas no movimento, mas conseguiram escapar da repressão.<sup>47</sup> Na Venezuela, a rebelião do Coro, em 1795, sempre qualificada de “revolta escrava”, foi de fato um movimento muito mais amplo. Não somente escravos das fazendas da serra de Coro, mas também os índios tributários da região e os *loangos*

47. A mais recente monografia sobre o assunto é István Jancsó, *Na Bahia, contra o Império: História do ensaio de sedição de 1798* (São Paulo: Hucitec, 1996).

da cidade (escravos das ilhas holandesas alforriados pela Coroa espanhola) apoiaram o movimento liderado por José Leonardo Chirinos. Da mesma maneira, em Maracaibo, milicianos de cor, livres e negros forros se juntaram aos escravos para pedir a "lei dos franceses", em 1799, constituindo destarte outra aliança multiclassista.<sup>48</sup>

Mesmo na mais paradigmática "rebelião escrava no Brasil", a famosa "Revolta dos Malés" em Salvador, em 1835, os libertos representavam 38% dos insurretos presos. Muitos eram artesãos ou comerciantes independentes.<sup>49</sup> Quase todas as conspirações e rebeliões, usualmente descritas como "revoltas escravas", são de fato constituídas por alianças sociais mais abrangentes e complexas. Em outras palavras, os escravos raramente agiam como uma classe coerente, estritamente separada dos outros grupos sociais.

Além do mais, o enfoque sobre as chamadas revoltas escravas silencia o fato de que, durante a "Era das Revoluções", muitos – e talvez a maioria dos – escravos ao invés de se revoltar em separado, se uniam a outras revoltas. Estas não foram classificadas como revoltas escravas pela historiografia, distorcendo destarte a visão de conjunto sobre a resistência escrava. As guerras pela Independência nas colônias hispânicas do continente constituem talvez o exemplo mais importante de participação escrava em revoltas armadas.<sup>50</sup> O caso do general pardo Manuel Piar mostra até que ponto a elite branca se sentia ameaçada pelo poder ascendente dos pardos ou afrodescendentes venezuelanos. O libertador Simón Bolívar temia o advento da *pardocracia* tanto quanto o retorno dos monarquistas bourbônicos.<sup>51</sup> Genovese reconheceu a existência

destas formas de resistência escrava, mas não as integrou a sua análise, provavelmente por considerá-las secundárias.<sup>52</sup>

Peter Linebaugh e Marcus Rediker analisaram uma série de outros exemplos no Atlântico britânico. Estes autores trabalham com o conceito da classe operária atlântica (*Atlantic working class*), que inclui escravos, marinheiros e os demais subalternos. Constitui um exemplo de trabalho que também mereceria ser feito para os espaços do Atlântico espanhol, francês, holandês e português.<sup>53</sup> Embora não acredite que este conceito tão amplo, aglutinando atores sociais tão diversos, tenha grande valor explicativo, ele mostra a necessidade de repensarmos a relação entre estes grupos.

Voltando à rebeldia dos escravizados, me parece importante, ao invés de falarmos indiscriminadamente em "rebelião escrava", distinguir: 1) revoltas exclusivamente escravas; 2) revoltas de escravos e forros; 3) revoltas com participação de escravos, forros e a população livre de cor mais ampla; 4) revoltas lideradas pelas elites com participação massiva de escravos e homens de cor livres. Em relação ao último caso, é preciso averiguar também até que ponto os escravos estavam: a) subordinados aos comandantes rebeldes; ou b) constituíam – como por exemplo na Balaiada, no Maranhão, em 1838-41 – um movimento autônomo dentro de uma revolta mais ampla.

48. Manuel Pedro Arceya, *Insurrección de los Negros de la Serranía de Coro* (Caracas: Instituto Puntaveño de Geografía e Historia, 1949); Federico Brito Figueroa, *El problema tierra y esclavos en la historia de Venezuela* (Caracas: UCV, 1985); Angel Francisco Brice, *La sublevación de Maracaibo en 1799, manifestación de su lucha por la Independencia* (Caracas: Academia Nacional de la Historia, Italgráfica, 1960).

49. J. J. Reis, *Rebelião escrava no Brasil. A história do levante dos Malés em 1835* (2. ed. rev. ampl., São Paulo: Companhia das Letras, 2003), p. 371, 376.

50. Lombardi, *The Decline and Abolition of Negro Slavery in Venezuela, 1820-1854* (Westport, Conn.: Greenwood, 1971); Miguel Izard, *El miedo a la Revolución. La lucha por la libertad en Venezuela, 1777-1830* (Madrid: Editorial Tecnos, 1979).

51. José Mercedes Gómez, *La Guerra de Independencia en el Oriente. El conflicto entre los dos Libertadores* (Cumaná: Publicaciones de Corporiente, 1991); Yolanda Salas, *Manuel Piar: el héroe de múltiples rostros* (Caracas: Universidad

Simón Bolívar, 1996); Ineke Phaf & Matthias Rühig Assunção, "History is Bunk! Recovering the Meaning of Independence in Venezuela, Colombia, and Curaçao: A Cross-Cultural Image of Manuel Piar", in A. James Arnold (ed.), *A History of Literature in the Caribbean* (Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1997), vol. 3: *Cross Cultural Studies*, p. 161-74.

52. Ver sua breve menção à participação dos escravos na luta pela independência na Venezuela em *From Rebellion*, p. 94. Discutindo a participação escrava não somente em revoltas e quilombos, mas também em movimentos mais amplos como a Balaiada, afirma: "Black participation did not, by definition, constitute slave revolt, but, then, neither did the movement of American slaves into the Union Army. Here at issue, however, was the destruction of slavery as a social system by the absorption of the impulse to slave revolt, directly manifested much more often in Brazil than in the United States, into larger forms of struggle with better chances for success" (*From Rebellion*, p. 41).

53. Peter Linebaugh & Marcus Rediker, *The Many-Headed Hydra. The Hidden History of the Revolutionary Atlantic Working Class* (London: Verso, 2000). Para outras perspectivas transatlânticas, ver Linda Heywood (ed.), *Central Africans and Cultural Transformations in the American Diaspora* (Cambridge: Cambridge University Press, 2002); Edna Mann & Edna G. Bay (eds.), *Rethinking the African Diaspora. The Making of a Black Atlantic World in the Bight of Benin and Brazil* (London: Frank Cass, 2001).

A idéia que quero defender aqui é a de que as construções de classe social e seus limites variavam conforma a sociedade escravista. Colônias geralmente tiveram menos autonomia para definir suas hierarquias sociais e os direitos de cada grupo (mas as colônias inglesas gozavam de mais liberdade que as outras). Estados escravistas independentes podiam repensar os direitos da população de cor livre, e adotar soluções conforme seus "projetos raciais". Como Hebe Mattos mostrou, a construção de cidadania no Brasil, com a inclusão ou não dos homens de cor livres, foi um processo complexo e contraditório.<sup>54</sup> Este contexto também foi de suma importância para as escolhas dos escravos e dos livres pobres de cor na hora de decidir se apoiavam ou não determinado movimento político e social. Em outras palavras, a formação racial poderia ser, para usar a terminologia de Yvan Debbauch, moderadamente segregacionista como no Brasil ou na Venezuela, ou radicalmente segregacionista como em São Domingos ou nos Estados Unidos. Cada modelo condicionou formas específicas de resistência escrava.<sup>55</sup>

### SINCRETISMO POLÍTICO

A teleologia marxista constituiu um obstáculo de peso na hora de compreender as intenções dos rebeldes escravos. Mesmo o famoso trabalho de C. L. R. James – ainda, em muitos aspectos, um modelo não superado sobre a história da Revolução Haitiana – insiste em desclassificar a cultura africana em relação a uma modernidade europeia monolítica, fruto da crença na evolução linear da humanidade em "estágios". Ele invariavelmente aponta para "o atraso" dos africanos, e lamenta sua ausência de cultura.<sup>56</sup> Em contraste, Genovese já reconhecia a impor-

tância da religião africana "tradicional" e do sincretismo para a resistência escrava. Ele apontou para o fato de que muitos líderes escravos misturavam apelos religiosos com os ideais da Ilustração europeia.<sup>57</sup> Mas sua análise não foi muito além desta apreciação generalizante, que ainda não dá conta do processo complexo da interação entre idéias europeias, visões do mundo africanas e o impacto da experiência americana. Para começar, os africanos não vieram somente com suas crenças "tradicionais". Suas visões do mundo estavam longe de constituir conjuntos monolíticos de tradições imutáveis. Nesta área, John Thornton tem uma importante contribuição para entendermos melhor como ideologias políticas conflitantes no reino do Congo reemergiram durante a revolta escrava de São Domingos.<sup>58</sup>

É preciso muito mais pesquisa nesta direção. No Brasil também são numerosas as referências ao rei do Congo, não somente por ocasião das congadas organizadas pelas confrarias católicas, mas mesmo durante as revoltas escravas. Quando o escravo Martinho, administrador de uma fazenda de gado no vale do Iguará no Maranhão, conspirou para lançar uma insurreição com escravos de várias outras fazendas da área, em 1827, prometeu ajuda dos ingleses e do rei do Congo para o seu movimento,

[...] que havendo conversado com o Escravo Martinho da Fazenda da Cruz este lhe dissera que breve estava a chegar o tempo de se libertarem visto que os Ingleses a instâncias do Rei de Congo protegia a Causa de suas liberdades, e que havendo as forças em seu favor já destruído Bahia, e Pernambuco ficavam a partir para Maranhão por Mar e terra devendo eles unirem-se a estas afim de extinguirem os brancos que se lhe opusessem para o que já estavam de inteligência com as Fazendas de São Benedito, e Santa Maria pertencentes ao Tenente Coronel Raposo, assim mais com as Fazendas de Tenente Aniceto de Souza, e do falecido Isidoro Rodrigues Pereira, o que de tudo eram igualmente cientes os Escravos Bernardo, e Hilário da Fazenda da Onça.<sup>59</sup>

54. Hebe Maria Mattos, *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX* (2. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998).

55. Para a teoria da formação racial, ver Michael Omi & Howard Winant, *Racial Formation in the United States. From the 1960's to the 1990's* (New York: Routledge, 1994), p. 53-62. Para vários modelos de segregacionismo, ver Yvan Debbauch, *Conteur et Liberté. Le jeu du critère ethnique dans un ordre juridique esclavagiste*. Tome I: "L'affranchi dans les possessions françaises de la Caraïbe, 1635-1833" (Paris: Dalloz, 1967).

56. C. L. R. James, *The Black Jacobins. Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution* (2. ed. rev., New York: Alfred Knopf/Random House, 1963), p. 156, 181, 186. James também usa o conceito de atraso para contrastar

a economia do sul de São Domingos em oposição ao norte mais desenvolvido (p. 102, 108).

57. Genovese, *From Rebellion to Revolution*, p. 28, 42, 45.

58. "I am a subject of the King of Congo", African Political Ideology and the Haitian Revolution", *Journal of World History*, 4 (1993), 2: p. 181-214.

59. Officinas dos Comendantes Gerais, Iguará, 25/2/1827, Arquivo Público do Estado do Maranhão, São Luís.



O quilombola Cosme nos fornece outro exemplo de "sincretismo político" durante a revolta da Balaiada, no Piauí e no Maranhão (1838-41). Ele se intitulou imperador e supostamente usou "feitiçaria" para impressionar seu séquito. Mas ao mesmo tempo perseguiu objetivos derivados de princípios da Ilustração europeia. Abriu uma escola no mocambo, onde as crianças calhambolas aprendiam a ler e escrever. Também forçou os proprietários de escravos a firmar cartas de alforria para seus escravos. Se intitulava imperador, mas o seu império era definido pela expressão regional do liberalismo brasileiro: "protetor das liberdades bem-te-vis". Tentou juntar forças com os rebeldes balaios (que se auto-intitulavam bem-te-vis).<sup>60</sup> Sabia que somente assim teria alguma chance de sucesso no campo de batalha.

Mais freqüente do que a substituição pura e simples de ideais africanos por ideais revolucionários burgueses, parece ter sido a associação entre idéias derivadas da Ilustração europeia e das revoluções Americana e Francesa, do catolicismo popular, e das culturas africanas. Provavelmente constituiu regra mais do que exceção, fato já implicitamente reconhecido por Genovese ao longo do seu clássico texto.<sup>61</sup> Mas, como na discussão sobre o sincretismo entre cristianismo e religiões africanas, reconhecer isto ou o mais abrangente processo de creolização não é o suficiente. Precisamos entender melhor como se combinavam estes elementos. Trata-se de uma fusão, ou apenas da apropriação de elementos díspares das ideologias revolucionárias europeias por um discurso rebelde, cuja estrutura profunda permanecia basicamente africana? Talvez os líderes rebeldes usassem alguns destes elementos para atrair maior número de seguidores, ou para oferecer um terreno comum aos simpatizantes não escravos. Vimos como os feitores, domésticos e artífices se situavam em lugar ambivalente na estrutura social. Então há que diferen-

ciar também entre o discurso dos líderes e as convicções da massa dos escravos, que não eram necessariamente idênticos. A multiplicidade dos discursos insurrecionais durante a Revolução Haitiana deixa claro que a distância entre a fala dos líderes e da maioria dos rebeldes podia ser muito grande.<sup>62</sup>

Reconstituir ou reconstruir o discurso do escravo genérico, ou mais geralmente do subalterno, tem se tornado objeto de alguma polêmica. Tão problemático que alguns estudiosos duvidam que seja de todo possível. Analisando a queima de viúvas na Índia, Gayatri Spivak conclui que "O subalterno não pode falar". Ou seja, na explicação de Fernando Coronil, porque "a dependência de um campo discursivo dominante, que constitui os sujeitos subalternos, define suas modalidades de expressão, e estrutura as posições das quais falam e são escutados".<sup>63</sup>

Se a reconstrução do discurso do subalterno portanto é complicado, mais difícil ainda é interpretação do que ele diz. A pequena crítica ao nosso ilustre precursor Genovese não deve induzir ao abandono do projeto de estudo comparativo que ele inaugurou. Procurar abrigo por detrás de uma postura empiricista de "eu deixo apenas as fontes falar" tampouco é a solução. Historiadores não podem ser dar o luxo de apenas repetir ou reiterarem os discursos dos agentes da história. Novos modelos devem não somente dar conta dos fatores favorecendo a rebelião, como também dos que preveniram elas. Devem poder comparar uma série de níveis de realidade histórica, desde a economia à estrutura social, desde a política à cultura. E devem poder navegar entre essencialismos e dogmatismos.

60. Maria Januária Vilela Santos, *A Balaiada e a insurreição de escravos no Maranhão* (São Paulo: Ática, 1983); Matthias Köhrig Assunção, "Quilombos maranhenses", in: João José Reis & Flávio dos Santos Gomes (eds.), *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil* (São Paulo, Companhia das Letras, 1996), p. 442-8; Assunção, "Cabanos".

61. Para o caso do Brasil, ver João José Reis, "Nos achados em campo a tratar da liberdade": a resistência negra no Brasil oitocentista", Carlos Guillermo Mota (org.), *Viagem incompleta. A experiência brasileira, 1500-2000. Formação: histórias* (São Paulo: Senac, 2000), p. 243-63; para o caso do Haiti, ver Thornton, "I am the subject"; para Jamaica, Turner, *Slaves and Missionaries*, e Cronin, *Testing the Chains*.

62. Ver a este respeito, além dos trabalhos já citados de Thornton e Geggus, Carolyn E. Fick, *The Making of Haiti: the Saint Domingue revolution from below* (Knoxville: Univ. of Tennessee Press, 1990).

63. Me refiro aqui a uma discussão no meio dos "estudos subalternos", provocado pelo artigo de Gayatri Chakravorty Spivak, "Can the Subaltern Speak?", in Lary Nelson & Lawrence Grossberg (eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture* (Urbana, Chicago: Univ. of Illinois Press, 1988), p. 271-313; Fernando Coronil, "Listening to the Subaltern: Postcolonial Studies and the Neocolonial Politics of Subaltern States", in Laura Chrisman & Benita Parry, *Postcolonial Theory and Criticism* (Cambridge: DS Brewer/The English Association, 1999), p. 37-55.



## CONCLUSÃO

O estudo pioneiro de Genovese sobre rebeliões escravas em perspectiva hemisférica construiu sua comparação a partir do exemplo dos Estados Unidos. Enfocou sobretudo a resistência escrava neste país, no Caribe inglês e no Haiti. Ao proceder desta maneira, deu mais ênfase às sociedades onde a população de cor livre era menos importante e a segregação institucional maior. As construções de classe destas colônias diferiam bastante das sociedades escravistas ibero-americanas e também entre elas. É preciso, portanto, redirecionar o estudo comparativo da rebeldia escrava, não privilegiando algumas áreas sobre outras e dando a devida atenção aos casos do Brasil e do Caribe espanhol.

Ao reduzir a resistência escrava violenta a alguns movimentos – classificadas como “revoltas escravas” –, ao excluir outros movimentos mais abrangentes, e ao reunir todas as ações escravas num projeto ilustrado europeu (“a abolição”), a resistência dos escravizados corre o risco de não ser analisada de maneira adequada. Uma comparação ao nível da estrutura social, dos projetos políticos e da formação racial nas diferentes sociedades escravistas deve permitir uma compreensão melhor das possibilidades da agência subalterna. Esta análise precisa ser combinada com a reavaliação das várias formas que assumiu a resistência dos escravizados, desde as ações legais nos tribunais até as rebeliões armadas e relacionada aos contextos culturais que os inspiraram.